

NOTA DA FAEPA

FAEPA reafirma compromisso com uma sustentabilidade equilibrada e registra apoio ao artigo “Eugenismo Ambientalista”

A Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – FAEPA torna público seu reconhecimento institucional ao artigo “Eugenismo Ambientalista”, de autoria do engenheiro agrônomo e doutor em Ecologia Evaristo Eduardo de Miranda, publicado no boletim do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa Informa - Vol. 32, nº 28, de 24 de julho de 2025).

Em ofício encaminhado ao autor, a FAEPA manifestou sua admiração pela clareza, coragem e rigor técnico com que o texto aborda temas estruturantes da política ambiental brasileira, denunciando abordagens seletivas e desequilibradas que desconsideram a realidade socioeconômica de quem vive e produz na Amazônia Legal. A Federação destacou, ainda, a relevância da trajetória científica e institucional do autor para qualificar o debate público sobre o desenvolvimento sustentável da região.

A propósito dos temas tratados no artigo, a FAEPA reafirma seu compromisso com uma sustentabilidade verdadeiramente equilibrada, fundada na integração dos pilares ambiental, social e econômico. Nesse sentido, vem atuando ativamente no âmbito de suas competências legais e em articulação com o setor público e a sociedade civil na construção de soluções estruturantes para os principais desafios do meio rural amazônico.

Entre as ações prioritárias desenvolvidas pela Federação no Pará e integradas ao programa PROPARÁ, destacam-se:

- A defesa da regularização fundiária em larga escala, com atuação coordenada entre União, Estado, municípios e entidades sociais, como base para segurança jurídica, paz no campo e inclusão produtiva;
- A garantia do devido processo legal em embargos e autuações ambientais, com notificação efetiva, individualização de condutas e respeito aos direitos de defesa e à função social da propriedade;
- A formulação de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva sustentável, com assistência técnica, acesso ao crédito rural, inovação tecnológica e transição ambiental justa;
- A atuação institucional em favor da pacificação dos conflitos fundiários, por meio da articulação com sindicatos rurais, entidades religiosas e comunitárias, órgãos do sistema de justiça e forças de segurança pública;
- A oferta de capacitação gratuita por meio do SENAR, visando à qualificação do produtor rural, à promoção da educação ambiental e à melhoria da produtividade com sustentabilidade;
- A vigilância institucional contra práticas que resultem em criminalização generalizada do produtor amazônico, reforçando a necessidade de abordagens técnicas, individualizadas e respeitosas à dignidade do trabalhador rural.

Além disso, a FAEPA vem defendendo, no âmbito do Fórum das Entidades Empresariais, a recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado – CDE, como espaço legítimo de articulação entre o setor produtivo e o poder público, para deliberar sobre políticas de infraestrutura, logística, segurança jurídica e incentivo à inovação. Entre as propostas apresentadas nesse contexto, destacam-se:

- A criação de um Núcleo de Inteligência Regional voltado à análise de dados e à formulação de estratégias de desenvolvimento compatíveis com a realidade amazônica;
- A implantação e fortalecimento de projetos de infraestrutura logística (rodoviária, hidroviária, portuária e digital), condição indispensável à superação das desigualdades regionais e à integração eficiente dos produtores ao mercado nacional e internacional;
- A valorização da atividade agropecuária como instrumento de combate à pobreza, geração de empregos qualificados e uso racional dos recursos naturais.

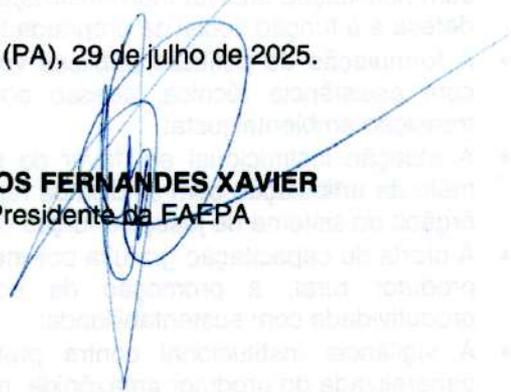
Em atenção à grave questão fundiária no Estado do Pará, a FAEPA destaca que há hoje, conforme levantamento próprio, mais de 200 mil lotes de terra já disponíveis para assentamento de famílias, no âmbito da reforma agrária. Em razão disso, a Federação coloca-se a inteira disposição para apoiar aqueles que queiram desenvolver suas atividades.

Para contribuir e evitar conflitos desnecessários, a FAEPA encaminhou correspondências oficiais à CNBB, ao Governo do Estado, a entidades nacionais e até mesmo ao Papa Francisco, há época, colocando-se à disposição para promover assistência técnica continuada à população assentada, com ações de capacitação, acompanhamento técnico e promoção de inclusão produtiva qualificada.

A FAEPA considera que o atual contexto da COP30, embora traga oportunidades relevantes para o Brasil e para a Amazônia, também impõe riscos concretos de avanço de medidas descoladas da realidade local, que geram insegurança jurídica, perda de competitividade e invisibilidade institucional aos que efetivamente vivem da e na floresta.

Neste cenário, a Federação renova seu chamado ao diálogo técnico qualificado e se mantém aberta à escuta de pesquisadores, lideranças comunitárias, representantes do setor produtivo e gestores públicos que, com espírito propositivo e compromisso com a verdade, estejam dispostos a contribuir para o desenvolvimento sustentável do Pará e da Amazônia Legal.

Belém (PA), 29 de julho de 2025.


CARLOS FERNANDES XAVIER
Presidente da FAEPA